

O GÊNERO INTERPRETAÇÃO/ TRADUÇÃO E AS SUAS RELAÇÕES COM O PROFISSIONAL INTÉRPRETE

Érika Morais Costa

(Aluna especial do Mestrado de Desenvolvimento Social da UNIMONTES/Intérprete
de Libras/ Tutora do curso de extensão Educação Integral Integrada da
UAB/Extensão/UNIMONTES)

Emiliana Faria Rosa

(Doutoranda em Linguística – UFSC/UNIPAMPA)

Aline Pereira Rocha

(Especialista em Libras/ Intérprete da Secretaria Municipal de Educação de Montes
Claros)

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa investigar situações de trabalho nas quais atuam profissionais intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais), nos diversos contextos em que o profissional esteja presente, bem como as opiniões de cada um dos três entrevistados quanto a questões relevantes dessa análise, tais como:

- 1- Conhecimentos linguísticos e metodológicos.
- 2- Formação específica para atuação profissional.
- 3- Associação de Interpretes.

Portaremos o nosso trabalho nas teorias da Análise do Discurso, doravante AD, nas teorias da interpretação e tradução e nas múltiplas faces do profissional interprete.

A partir da Lei N.º 10.436 de 24 de abril de 2002, que reconhece como língua a Libras e prevê um serviço de apoio especializado começa a surgir no Brasil a presença do profissional interprete.

Já em 22 de Dezembro de 2005, foi assinado, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva o decreto nº 5.626 que já no seu primeiro artigo reconhece como meio legal a comunicação por meio da língua de sinais. É nesse mesmo documento que surge, no capítulo V, do artigo 17 ao 21 algumas regulamentações para a atuação do profissional intérprete.

Analisaremos abaixo algumas questões relativas à profissão de acordo com as entrevistas colhidas para esse fim.

2. LINGUAGEM E TRABALHO

Segundo Lacoste (1995) a relação trabalho / linguagem configura-se em três modalidades ; a linguagem sobre o trabalho ; a linguagem no trabalho e a linguagem como trabalho.

Enquanto a linguagem como trabalho é expressa pelo ator / e ou coletivo dentro da atividade, em tempo e lugar reais, a linguagem no trabalho seria, antes, uma das realidades constitutivas da situação de trabalho global na qual se desenrola a atividade. (Nouroudine, 2002)

Já a linguagem sobre o trabalho, ainda conforme Nouroudine (2002), é aquela que é produzida tanto por pesquisadores quanto por trabalhadores que podem comentar discutir sobre o seu trabalho, interpretando-o.

A linguagem sobre o trabalho, abordada em nossa pesquisa, é feita através da análise de um texto– entrevista– que é, simultaneamente, avaliativo do trabalho do outro e auto-prescritivo.

Tendo como base o trabalho do profissional intérprete de Língua de Sinais, o trabalho visa :

- analisar a Linguagem e o trabalho e suas relações na área da Lingüística Aplicada, com base no interacionismo sócio-discursivo;

-estudar as diferentes práticas de linguagem que se desenvolvem *no* e *sobre* o trabalho;

-identificar as relações que existem entre essas práticas e sua influência sobre o agir¹ do profissional.

Já a relação linguagem/trabalho mesmo não desempenhando um papel de influencia direta na produção da atividade pode ser vista como uma necessidade para a manutenção do trabalho mesmo não tendo uma reconhecida relevância.

Contribuições da Ergonomia do Trabalho e a Psicologia Social para o estudo sobre o trabalho

O contexto atual do trabalho é marcado, por um lado, por uma competitividade e uma subdivisão bem mais ampla das funções do que a que ocorria entre trabalho manual e intelectual; e, por outro, por uma busca de superação da situação de stress geral gerada por essa nova postura. Várias disciplinas buscam entender os problemas decorrentes

¹ Dadas às diferentes acepções dos termos «ação» e «atividade», em diferentes disciplinas, optamos por, inicialmente, utilizarmos o termo «agir» como sendo mais «neutro»para nos referirmos a quaisquer condutas humanas, antes de considerá-las como ações ou atividades.

desse novo quadro das relações de trabalho e também procuram meios para superá-los. É o caso da Ergonomia do Trabalho e da Psicologia social.

Essas disciplinas têm desenvolvido alguns conceitos bastante relevantes para o estudo da situação do trabalho educacional. Dentre estes, serão importantes para nossa pesquisa a distinção entre trabalho prescrito e trabalho realizado além das dimensões acrescentadas a essa distinção por Clot (1999) e pelo ISD :

- o *trabalho prescrito*: anterior ao trabalho propriamente dito, que diz o que o trabalhador deve fazer e que corresponde às prescrições do trabalho;
- o *trabalho realizado*: o trabalho efetivamente realizado, que, inexoravelmente, diferencia-se do prescrito;
- o *trabalho real*: que inclui o trabalho realizado, mas que vai além dele, incorporando o que Clot (1999) chama de “atividades contrariadas” do trabalhador, isto é, todas as atividades que ele poderia desenvolver, mas que são impedidas por diferentes fatores, próprios de cada situação de trabalho ;
- a do *trabalho interpretado e/ou avaliado*, quer seja pelo próprio trabalhador, quer seja por um observador externo segundo o ISD.

3. A PRÁTICA DA INTERPRETAÇÃO/ TRADUÇÃO

“A interpretação possibilita a pessoas de idiomas diferentes participar livremente em debates e conferências, eliminando barreiras lingüísticas”², essa é uma das definições de tradução, mas quanto as formas de interpretação, como elas acontecem?

Bem, existem interpretações simultâneas e consecutivas.

Em nossas analise os três entrevistados atuam em vários contextos e em ambos utilizam mais a interpretação simultânea.

Segundo Danica Selescovitch, *apund* Pagura (2003), a tradução e a interpretação são irmãs, no entanto cada uma traz consigo sua própria identidade, já que enquanto a tradução diz respeito a converter um texto escrito em outro texto escrito a interpretação simultânea converte um texto oral em outro texto da mesma modalidade.

² Disponível em : <http://www.tradutores.com/tradutor/index.php/interpretacao-simultanea-consecutiva/>

As condições de trabalho do intérprete e do tradutor também são diferenciada, pois o tradutor tem tempo para desenvolver a seu trabalho, podendo pesquisar, usar dicionários e escolher a melhor forma de traduzir o seu texto, já a modalidade oral da interpretação é dinâmica e acontece em tempo real, não há tempo para pesquisa, tudo acontece no momento em que o orador fala e a tradução acontece.

Em uma das entrevistas surgiu uma modalidade diferenciada de interpretação a chamada por Pagura (2003) de interpretação intermitente, que é mais usada em reuniões nas quais se pede a pessoa que fala as duas línguas para que se coloque do lado do estrangeiro e se traduza o que ele está dizendo.

Todos os profissionais entrevistados sabiam a diferença das formas de interpretação, bem como as da tradução e interpretação.

Questões Éticas

O Ministério da educação (MEC) lançou em 2007 o livro “O tradutor e intérprete de língua de sinais brasileira e língua portuguesa”, que traz um capítulo falando sobre o código de ética do profissional.

O código de ética é um instrumento que orienta o profissional intérprete na sua atuação. (...) O intérprete, está para intermediar um processo interativo que envolve determinadas intenções convencionais e discursivas. Nestas interações o intérprete tem a responsabilidade pela veracidade e fidelidade das informações. Assim, ética está na essência desse profissional. (MEC, 2007, pg.31).

Existem, ainda, alguns outros modelos de códigos de éticas, como o do governo de Minas Gerais que regulamenta a forma de trabalho desse profissional nos ambientes educacionais, e o Regimento Interno do Departamento Nacional de Interpretes (FENEIS), as igrejas, também, tem seus códigos de éticas que vai ser direcionada para o público alvo.

De acordo com nossos entrevistados, o código de ética é uma tradução do código do RID (registry interpreter of deaf) elaborado nos anos 80 e traduzido para o português pelo ILS Ricardo Sander em 1992.

Hoje ele já está ultrapassado, pois muitas das orientações postas se referem a questões de moralidade e não de ética. A deontologia é um caminho para essas mudanças. Sendo assim, prefiro não responder essas questões sobre o que é ético ou não, pois tudo vai depender do contexto entre outras tantas coisas. (ÂNGELA RUSSO).

Já para os intérpretes Silvana Aguiar e Carlos Henrique Rodrigues, existem atuações éticas e anti-éticas que o profissional deve estar atento. Segundo Carlos Henrique não existem princípios anti éticos, mas ações que o intérprete deve se abster.

Éticos: O intérprete deve reconhecer seu próprio nível de competência e ser prudente em aceitar tarefas, procurando assistência de outros intérpretes e/ou profissionais, quando necessário, especialmente em palestras técnicas; o intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo; o intérprete deve considerar os diversos níveis da Língua Brasileira de Sinais bem como da Língua Portuguesa;

Anti-éticos: no meu ponto de vista, não atendendo aos princípios que mencionei acima, o intérprete já estaria sendo anti-ético...claro que os de cima não seriam os únicos, basta ler o código de ética – ainda que muitos deles já estejam ultrapassados, certamente, nos vale como base de uma postura profissional adequada e coerente.

Quando digo ultrapassados me refiro, especialmente, pelo fato do nosso código de ética ter sido uma tradução/adaptação do RID, necessitando de uma revisão de acordo com o contexto brasileiro. (SILVANA AGUIAR)

Abaixo a resposta do intérprete Carlos Henrique Rodrigues sobre as questões éticas e anti-éticas da profissão intérprete:

Nunca pensei que o intérprete tivesse princípios antiéticos (rs). Mas conheço princípios de ética importantes ao intérprete e também atitudes antiéticas tomadas por ele. Existem algumas questões que o intérprete precisa dar conta como profissional, tais como (1) o cumprimento do compromisso estabelecido com seus clientes, (2) o respeito aos demais profissionais da área e (3) a manutenção do sigilo das informações confidenciais a que tem acesso, dentre outros. Atitudes inadequadas seriam, por exemplo, (1) tornar público um assunto particular de seu cliente, (2) depreciar o trabalho de outro intérprete diante de clientes e demais profissionais e (3) não trabalhar segundo o que foi acordado anteriormente, não cumprir os horários, por exemplo.

Assim, cabe ao intérprete o conhecimento do público ao qual se destina sua intermediação discursiva ,uma postura adequada para o ambiente de trabalho, além do conhecimento do código ético ali defendido.

Conhecimento línguístico

O ato de interpretar envolve os conhecimentos cognitivos e lingüísticos da língua fonte e da língua alvo, para que no ato interpretativo o profissional saiba lidar com as questões culturais das línguas e fazer escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas e pragmáticas, adequadas para cada situação. Além do conhecimento

técnico da prática de interpretação, pois o processo interpretativo requer processos altamente complexos.

As questões 4 a 7 da nossa entrevista diz respeito ao conhecimento lingüístico dos profissionais e ambas foram respondidas de forma coerente com as perguntas, mostrando que ambos os entrevistados possuem competência lingüística para atuarem como intérpretes de língua de sinais.

Relações de Trabalho

As questões 8 a 10 diz respeito a situação de trabalho do profissional intérprete.

A cerca da não obrigatoriedade do diploma para a atuação dos profissionais intérpretes é entendida como algo transitório, já que a Interpretação de Língua de Sinais é uma profissão relativamente nova, mas já é previsto no *artigo 19 do decreto 5626 a obrigatoriedade do diploma de nível superior para a atuação profissional, e assim como qualquer outra profissão tem a exigência de formação específica a profissão intérprete está caminhando para a legalidade, deixando de lado toda essa banalização da profissão que aconteceu ao longo dos anos.*

Outro ponto importante foi o questionamento sobre uma suposta ausência de uma entidade de classe que defenda os direitos dos intérpretes. A essa pergunta os entrevistados responderam que existem sim algumas associações que defendem os direitos dos interpretes tais como a APILS e uma federação nacional (Febrapils), que visam defender o direito da classe dos profissionais intérpretes e de sua autonomia. Portanto, vivemos um momento de transição e afirmação de novas instituições e caminhos para a profissão e não um momento de ausência.

4. CONCLUSÃO

Como vimos no item um dessa análise, a relação trabalho/ linguagem está configurada em três modalidades, sendo que a apresentada em nossa análise é a linguagem sobre o trabalho. Entrevistamos três profissionais intérpretes de Libras para que eles pudessem falar sobre o trabalho que realizam em diversos contextos interpretativos.

Nessa perspectiva, analisamos as suas relações na área lingüística buscando a importância da competência lingüística e comunicativa para a interpretação da língua fonte para a língua alvo, na escolha lexical, pragmática e cultural adequada para cada ocasião em que atua o profissional.

Analizamos, ainda as diferentes práticas de linguagem e a postura do profissional diante da importância ou não de um código de ética que regulamenta a profissão, identificamos ainda as relações que existem entre a prática profissional e sua influência no agir de cada trabalhador.

Com base nas contribuições do interacionismo sócio-discursivos, verificamos o contexto atual do trabalho, bem como a importância da qualificação e da regulamentação profissional.

Diante do exposto, verificamos ainda, a importância do trabalho prescrito que prepara o profissional para o momento da atuação, esse trabalho prescrito é determinado pela ética e conhecimento prévio do público ao qual se destinará o sua intermediação discursiva.

O trabalho realizado que é a própria interpretação já consumada, e o trabalho interpretado e/ou avaliativo que acontece mediante trabalhos como esse de análise da vivência profissional.

Esse não é um trabalho concluído e acabado nessa análise, mas parte de uma análise maior que abrange as diversas situações de trabalho e dentre elas analisa o trabalho do ILS.

REFERENCIAS

- CLOT, Yves. (1999). *Le travail entre activité et subjectivité*. Tese de Filosofia. Université de Provence.
- MACHADO, Anna Rachel. (2002). Trabalho, Educação e Linguagem: a morfogênese das ações em situações de trabalho educacionais. Projeto Integrado de Pesquisa. LAEL – PUC/SP.
- NOUROUDINE, Abdalla. (2002). A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: Maria Cecília Pérez de SOUZA E SILVA & Daniel FAÍTA (orgs.) (2002). *Linguagem e Trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez:17-30.
- PAGURA, R. (2003). A Interpretação de conferências: Interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. D.E.L.T.A. V.19,n. Esp. São Paulo.
- O tradutor intérprete de Língua de sinais e língua portuguesa/ secretaria de educação Especial; Brasília: MEC; SEESP, 2007. 2ª Ed.
- MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Educação. A inclusão de alunos com surdez, cegueira e baixa visão na rede estadual de Minas Gerais: Belo Horizonte: SEE/MG,2008.
- LEI N° 10.436
- DECRETO N° 5.626, de 22 de Dezembro de 2005